

O ENSINO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO MILITAR DE SANTA MARIA-RS

Leandro da Rocha¹

Leonice Alves Pereira Mourad²

Resumo: Este trabalho teve por finalidade investigar o processo de ensino aprendizagem da disciplina de Sociologia no Colégio Militar de Santa Maria – RS, o qual desperta a curiosidade acadêmica pelo tema, tendo em vista as várias dificuldades de compreender e aplicar essa disciplina nas várias escolas da rede pública como um todo, combinado com o fato dos colégios militares serem identificados com instituições de ensino tradicional e conservador, inobstante ao seu reconhecimento pelo seu elevado potencial na qualidade de educação, verificando *in loco* quais as possibilidades que esse tipo de ensino proporciona a disciplina de Sociologia, a fim de ampliar nosso espectro educacional para a promoção dos assuntos relacionados às Ciências Sociais e sua relação prática no entendimento de jovens do Ensino Médio e o seu cotidiano.

Palavras chave: Colégio Militar; Ensino de Sociologia; Educação.

INTRODUÇÃO

Diante da tão recente discussão sobre o ensino da disciplina de sociologia, a partir da Resolução N° 11.648 de 02 de junho de 2008, abrem-se cada vez mais perspectivas e estudos a cerca do tema tomados de questionamentos e desafios para os profissionais da área.

É fato que a sociologia no Brasil é marcada por um longo caminho de discontinuidades, formas de abordagem hora influenciadas por correntes europeias, hora por um enfoque genuíno abarcado na grande problemática do Brasil, em uma fase

de construção do seu Estado Democrático e de Direito. Nesse sentido, e sem sombra de dúvidas, um dos grandes pensadores na abordagem dessa temática foi Florestan Fernandes, que investigou empiricamente a forma que mais se explica nossa realidade social a partir da maior matriz étnica que temos na nossa sociedade, ou seja, o indígena. Mas o que percebe-se é que, segundo o próprio, a Sociologia foi recebida no Brasil como uma “novidade intelectual¹”, e que por muitas vezes, outros autores e suas respectivas produções teóricas dentro da área das humanas, recebem uma significação que não a da Sociologia, as vezes por uma questão de confusão, acredito, epistemológica, como por exemplo, Darcy Ribeiro e seu livro “O Povo brasileiro” e Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, ambos dando conta da história e da antropologia, mas sem deixar de serem muito sociológicos em seu sentido mais restrito, isso acaba por colaborar para *status quo* dessa disciplina.

Para tanto, a sociologia na atualidade, momento em que a educação “resvala”, (grifo meu), em vários novos rumos, muitas vezes até indefinidos, com um criticidade muito forte aos processos universalizantes da verificação do saber educacional, apresenta-se muito fecunda, principalmente a partir do novo método de ingresso nas universidades, ou seja, o ENEM², em substituição ao tradicional vestibular, que apresenta uma forma de verificação da aprendizagem mais contextualizada, que exige do aluno um saber mais “humanístico” e menos “tecnocrático”, por assim dizer.

Dessa forma e ciente das grandes dificuldades que o ensino da Sociologia tem enfrentado no ensino médio, que vão desde a formação de professores, modo e forma de inserção nos planos curriculares, material didático adequado, entre tantas outras questões, cabe-nos ampliar nosso espectro investigativo e utilizar-se das mais variadas experiências na educação, para, diante dos dados apresentados cientificamente, partir para um comparativo, coletando o máximo de formas pedagógicas que em sua praticidade apresentam-se como formas positivas e eficientes na condução do saber sociológico.

Portanto, o objetivo deste trabalho é “aventurar-se” em um modelo educacional pouco conhecido e difundido até mesmo dentro do meio acadêmico, ou seja, o Militar, em especial o Colégio Militar de Santa Maria. Assim, foi investigado a forma de como

¹ FERNANDES, Florestan, 1980.

² Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

se dá o ensino desta disciplina, já que esta caracteriza-se pela sua relativização de conceitos, criticidade e desconstrução de paradigmas, o que aumenta o interesse, uma vez que, o Exército apresenta-se na sociedade como instituição conservadora, de valores pátrios e tradicionalmente organizada.

Como objetivo geral desta pesquisa analisamos o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de sociologia aplicada ao ensino médio no Colégio Militar de Santa Maria, tendo como principal relevância a acadêmica, tendo em vista os poucos estudos apresentados sobre esse tema e com esse enfoque, em que muitas vezes se restringe a uma produção exclusiva dos próprios militares, em forma de ensaios.

Já em sua relevância social é tentar captar novas experiências do ensino da sociologia, a fim de viabilizar novos métodos que deem certo ou apenas apontar novas direções, para que a disciplina atinja de forma concreta sua devida importância no ensino médio e não seja uma mera formalidade legal a ser executada, mas sim uma ferramenta que desenvolva nos alunos sua dimensão humana, de respeito, entendimento das diferenças, entendimento social e criticidade política embasada, quebrando o senso comum das opiniões infundadas.

Logo, o grande problema dessa pesquisa assenta-se na pergunta de como os militares abordam do ponto de vista pedagógico e metodológico os temas que devem ser estudados na disciplina de sociologia? Para tentar responder a essa questão foi utilizado o método quali/quantitativo, onde que no período de 20 de outubro a 10 de novembro, aplicou-se entrevistas ao professor da disciplina, coordenador pedagógico e alunos a fim de evidenciar hipóteses levantadas tais como:

1ª) Nos Colégios Militares do Exército Brasileiro, tende-se a manter um equilíbrio crítico das suas teorias fundadoras, balizados pelos conceitos clássicos e mantendo-se fiéis a sua trajetória histórica como Ciência Social;

2ª) O caráter crítico, característico da disciplina pode despertar nos alunos de ensino médio, mesmo imersos a uma formação escolar conservadora e disciplinadora a instigar sua potencialidade de discutir temas complexos, mesmo dentro da especificidade de formação em uma instituição de ensino militar tutelada pelos princípios e valores institucionais e/ou:

3ª) Nos Colégios Militares, embora sua peculiaridade ser essencialmente voltada para o alto desempenho e para a meritocracia, acabam voltando-se ao mesmo debate

atual envolvendo a disciplina e aos problemas estruturais e indefinições metodológicas a cerca do ensino da sociologia.

A pesquisa de campo foi realizada através da observação indireta, que oportunamente pode ser gravada e/ou fotografada, de forma que pode ser evidenciado a forma de condução das aulas e sua abordagem, aplicando-se também uma entrevistas semi-estruturadas ao professor e supervisão escolar, bem como, um questionário aos alunos dos 1º, 2º e 3º anos, respectivamente, que não deve ser inferior a 70 alunos, tão pouco, superior a 120, a fim de identificar sua forma de condução, compreensão, relevância e avaliação da disciplina para o ensino médio da escola.

1 Considerações teóricas

Nesse capítulo faremos uma breve revisão da literatura dos principais conceitos que orientaram nossa pesquisa, com especial destaque a retrospectiva histórica da oferta da disciplina de sociologia na educação básica, bem como, a educação militar e seu trajeto no Brasil, bem como, um debate de ambas, em especial a forma como esta última de assenta dentro da perspectiva educacional.

Por fim uma apresentação do aspecto legal que rege o Sistema de Colégios Militares no Brasil, a fim de facilitar o entendimento acerca da sua peculiaridade institucional.

1.1 A História da Sociologia no Brasil

A partir do amparo legal que obriga o ensino da Sociologia em todos os anos do ensino médio no ano de 2008 e com a demanda quase que imediata de formação de professores para tal, tornou-se uma inquietação constante do papel do licenciado em Ciências Sociais e sua ação docente, tendo em vista a falta desde materiais didáticos apropriados até mesmo de currículos bem definidos para a carga horária de seus respectivos conteúdos.

Um dos fatores que pode ser um determinante para a construção dessa problemática está estritamente ligado à descontinuidade do ensino desta disciplina em seu decurso histórico.

A Sociologia como uma ciência passível de estudo e ensino remete-nos primordialmente a três grandes nomes de sua trajetória histórica, sejam eles: Rui Barbosa, Benjamin Constant e Euclides da Cunha.

Em um primeiro momento Rui Barbosa, ainda no século XIX foi quem apontou para a primeira proposta de implantação da disciplina no ensino brasileiro. Segundo Machado (1987), a disciplina para Rui Barbosa deveria estar presente nas três modalidades de ensino, compostas pelo ensino Normal, Secundário e Superior representado pelas Faculdades de Direito da época.

Logo, em 1890, com Benjamin Constant, ministro da Guerra, resolveu, mediante o Decreto N° 330, de 12 de abril instituir o ensino de Sociologia e Moral nas Escolas do Exército. Assim, observa-se que:

Embora os pareceres de Rui Barbosa e a Reforma de Benjamin Constant não terem alcançado êxito na inserção da disciplina na educação brasileira, possivelmente conferiram-lhe por mais breve que fosse uma visibilidade de no campo político-educacional do país. (CIGALES, 2014, p.54)

Entretanto, apesar dessas tentativas apresentadas, na visão de Florestan Fernandes (1980), a sociologia foi recebida no Brasil como uma espécie de “novidade intelectual”, em que **pouco avançou para sua autonomia genuína e apenas vista como uma extensão da produção intelectual dos grandes centros europeus** (grifos nosso).

Podemos apresentar como uma das primeiras obras sociológicas que começa a despontar a brasilidade na literatura brasileira, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, publicada em 1902, em que, segundo Cigales apud Fernandes (2014, p.55), o próprio Florestan Fernandes descreve como: “o primeiro ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil”.

Para tanto, essa disciplina como ciência data mesmo de meados da década de 20, conforme Mazza (2006), mais precisamente entre 1925-1928, em que ela passou a integrar os currículos secundários, mas foi a partir da década de 1930, ou seja, em 1931 com a Reforma de Francisco Campos e o movimento da “Escola Nova”³, inspirado

³ A Escola nova, também chamada de Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX

pelas obras de grande fundamentação teórica de autores como: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Delgado de Carvalho, Arthur Ramos e Almeida Júnior que ela se mantém nos currículos dos cursos secundários, dos cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior, o pré-jurídico e o pré-politécnico, logo, em 1933/35 passa a enriquecer o ensino superior, primeiramente na Escola Livre de Sociologia de São Paulo, depois na Universidade de São Paulo (USP) por meio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, em seguida, na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (atual UFRJ).

Curiosamente, e em conexão ao objeto de estudo desta pesquisa, esta disciplina também fora apresentada inicialmente no Brasil fazendo parte da formação dos líderes militares na Proclamação da República, pois,

Por via diferente da trilhada nos países hispano-americanos (...) onde a sociologia foi primeiramente ensinada nas faculdades de direito, aqui ela debutou nos currículos escolares de 2º grau e no ensino militar, como efeito dos ardores positivistas dos oficiais que derrubaram a Monarquia. (CUNHA, 1981, p. 8-9)

No Período compreendido entre 1938 a 1971 o campo da Sociologia começa ganhar intensidade no país, tendo em vista:

O interesse pela modernização do país estimulado pela política desenvolvimentista do governo Kubitschek envolveu a sociedade e as universidades. Várias instituições internacionais como: UNESCO, OEA, CEPAL, OCDE atribuíram à escolarização papel prioritário na transformação do país no sentido de uma sociedade mais próspera e democrática, o que fez vários cientistas sociais gravitarem para o campo educacional. (MAZZA apud MOREIRA, CARDOSO, 2006, p.105)

A Sociologia então, embora se apresente no Brasil a partir da década de 20, impulsiona-se a partir da Revolução de 30, mas é a partir da década de 1950 que, diante dos tantos problemas sociais que assolavam a sociedade brasileira devido ao processo de urbanização e industrialização, apresenta-se como uma ciência utilizada a serviço de uma elite governante, uma espécie de ferramenta, que a partir de então, surgem pesquisas maciças de um objeto sociológico genuíno, deixando um pouco de lado a influência por uma produção científica francesa, diferindo inclusive os trabalhos sociológicos dos antropológicos.

Os trabalhos realizados a partir de meados dos anos 50 apontaram para uma ampliação dos temas de pesquisa, do volume e número de pesquisadores e uma distinção entre a antropologia e os vários campos da sociologia. (MAZZA, 2006, p.108)

Embora houvesse esse avanço da disciplina, é mister ressaltar a quebra impulsionada a partir dos governos militares de 1964 a 1989 a nossa ciência, que diante de um contexto político e ideológico da época, causados através do Ato Institucional N° 5 em 1969, conforme Carvalho, 2004, “retiraram todos os resquícios da disciplina de Sociologia das escolas médias do país”, ou seja, o mesmo viés positivista de Benjamim Constant, que se esforçara pelo seu incremento, agora tratava de suprimi-lo. Mais tarde, trataram de desfigurá-la através da Lei N°5.692, de 11 de agosto de 1971, que introduziam nos currículos das escolas médias, passando a chamar de 2º grau, as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil – OSPB⁴, segundo próprio Carvalho, 2004, “uma tentativa espúria de substituir respectivamente Filosofia e Sociologia”.

O que se verifica até então é que não são raros os avanços e os retrocessos para a implantação da Sociologia como disciplina obrigatória em seus currículos. Conforme Cigales (2014, p.55), em 1925 a Reforma de João Luis Alves-Rocha Vaz, através do Decreto N° 16.782A – de 13 de janeiro daquele ano implanta a disciplina no 6º ano do ensino secundário aos interessados em obter o título de Bacharel em Ciências e Letras, e dispensa-os a partir do 5º ano para os que desejam prestar vestibular aos demais cursos Superiores.

Para tanto, ela voltará à discussão no ano de 1996, motivada pela constituição de 1988 e o processo de redemocratização do país, com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III em que estabelece que: “ao final do Ensino Médio o educando demonstre domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessária ao exercício da cidadania” (LDB, 1996, p.14).

Segundo Cigales (2014), no ano de 2000, o Deputado Padre Roque (PT/PR) apresenta um projeto de emenda à LDB (PCL 09 de 2000), apontando para a obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio. Porém, embora a aprovação pelo Congresso Nacional sofreu o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso, alegando entre vários motivos dois que se apresentam como principais argumentos relevantes à época: primeiro, que o conteúdo desta poderia ser ministrado em outras disciplinas englobando-a e, segundo, que não haveria profissionais qualificados suficientes para lecionar, o que, obviamente, gerou muitas críticas por parte dos sindicatos que representavam a categoria dos sociólogos e dos professores de sociologia.

⁴ Artigo 7º da Lei, que acrescenta ainda Educação Artística e programas de Saúde.

Um dos grandes representantes da categoria e militante da causa à época tratava-se de Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho⁵, que com o veto de FHC sobre o PLC 9/00, manifestou-se da seguinte forma, resumindo a indignação de sua luta e da classe:

[...] o presidente da República achou por bem, para o bem da “nação” (*sic*), para que o erário não tivesse prejuízo ao gastar mais com educação, enfim, justificou a sua atitude com ladainhas sobre contenção de despesas e falta de professores. Todas invariavelmente falsas. O grande argumento não podia ser posto no papel: era preciso impedir que milhões de jovens do Ensino Médio pudessem ter acesso a duas disciplinas que lhes propiciassem uma melhor condição de reflexão e análise da realidade social em que estão inseridos. (CARVALHO, 2004, p.27)

Portanto, essa trajetória apresenta-se indiscutivelmente árdua e repleta de contradições, por assim dizer. Fortalecida atualmente conforme a Lei Nº11.684 de 02 de junho de 2008, no seu artigo 36, inciso IV que “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” e inaugura outras tantas dúvidas que despertam o interesse de pesquisas recentes no campo da educação, que vão desde a formação profissional, abordagem e distribuição dos temas nas grades curriculares até a produção de materiais didáticos apropriados.

Pensar a Sociologia como uma disciplina isolada e não pensar na escola como um todo talvez seja o mais vão dos processos de aprendizado, onde que cada vez mais tornamos ambas sem sentido para o corpo discente, uma vez que, a Escola Moderna repleta de signos e significados distribuídos no tempo e no espaço, constituem mais que um aprendizado, um saber, uma técnica, mas uma memória que se eterniza nas suas vidas, e assim começam a fazer sentido. Isto por que, conforme Boto, “Educar é, por um lado recordar e, por outro, invariavelmente projetar utopias” (2003, p.379).

1.2 Trajetória histórica do ensino militar no Brasil

Para compreender o objeto desta pesquisa, torna-se imprescindível dialogar a cerca do desenvolvimento do ensino militar no Brasil até chegarmos ao entendimento dos fatores que levaram a instalação do Colégio Militar em Santa Maria e sua conexão com o ensino da Sociologia.

⁵ Sociólogo, 46, exercendo a profissão desde 1982. Professor de *Sociologia e de Ciência Política* da Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep – SP. Sindicalista desde 1983. Foi presidente por dois mandatos da Federação Nacional dos Sociólogos do Estado de São Paulo e 1º secretário da Federação Nacional dos Sociólogos – FNSB, bem como vice-presidente das Relações Internacionais da Confederação Nacional das Profissões Liberais (gestão 2002-2005)

O Exército Brasileiro como instituição de difusão de conhecimento não se desenvolveu à margem da sociedade civil. Poucos estudos acadêmicos abordam a temática proposta, pelo fato dos militares serem vistos como uma forma de extrato social à parte, ou mesmo um enclave, segundo Nogueira (2014, p.39) - “como se fosse uma sociedade dentro da sociedade”.

O Sistema de Colégios Militares no Brasil (SCMB), data até mesmo a partir da era colonial, em que se faz necessário o desenvolvimento de um sistema de ensino para profissionalizar as tropas a fim de, tornar-se uma instituição consolidada de soberania a partir de uma preocupação de um sistema de Defesa Nacional eficiente, principalmente, a partir de 1808, com a vinda da família Real para o Brasil, conforme aponta Nogueira (2014, p.41). Esse processo de ensino militar no Brasil acompanhou as transformações sociais ocorridas em nossa sociedade, que transitam desde o Brasil colonial, imperial, república, passando pelos governos propriamente militares, leia-se, período de ditadura militar até na sua participação no processo de redemocratização do país até os dias atuais.

Pode-se dizer que, o ensino militar inicialmente aparece em nosso cenário como um Exército ainda difuso, desorganizado e desqualificado, isso no Brasil colônia. Tão logo que a família real decide vir para o país devido fortes pressões oriundas do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte.

Esse bloqueio comercial ocorrido em 1808 tornou inevitável que se pensasse em uma maior qualificação para os seus homens e na formação de uma tropa legítima na defesa de interesses territoriais, agindo contra as mais diversas invasões externas em busca de riquezas em nosso território, assim, D. João VI determina que o Exército passe por uma reestruturação e que os instruisse minimamente.

Desse modo, em 1795 ocorre a criação de uma Academia Militar, em que visa à formação de oficiais da Arma de Infantaria. Nesse sentido de inauguração de escolas com o viés militarista, cria-se por “Carta de Lei” em 04 de dezembro de 1810 a Real Academia Militar, inaugurada efetivamente em 23 de abril de 1811, baseada num ensino aos moldes do modelo Francês. Esta, apesar de representar um grande avanço para este tipo de ensino, acabou fracassando devido a vários fatores, tais como:

“[...] falta de professores, de livros, renovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática militar”. (LUCETTI, apud NOGUEIRA, 2014, p. 44).

Assim sendo, é nesse contexto, envolto de acontecimentos históricos, políticos e culturais que, segundo Nogueira (2014, p. 45), “em 1989, é criado o primeiro Colégio Militar do Brasil, o atual Colégio Militar do Brasil, que faz parte da rede de ensino militar denominada de sistemas de Colégios Militares do Brasil”.

Cabe ressaltar que essas instituições sempre se conduziram para a formação de oficiais, e que, apresentaram diversas transformações em seu modelo pedagógico devido às consequências que os resultados desses refletiam sobre os seus quadros.

Um exemplo dessa mudança de viés trata data da década de 1930, em que as academias até então assumiam em seus currículos um caráter mais politizado o que, acabou por contribuir para uma visão mais crítica de seus alunos refletidos no Movimento Tenentista, que fez com que o Exército revisse seus currículos de formação, retomando uma forma mais tecnicista e militar, menos arrojada criticamente devido a uma formação excessivamente teórica que vinha se processando nas Escolas de formação.

Já no Brasil República, mais especificamente em 1889, aparece outra instituição difusora de conhecimento na área militar que se torna referência até os dias atuais, e objeto de estudo ligado a teoricidade que permeia a história, política, geopolítica e outras áreas humanísticas, que é a Escola Superior de Guerra, criada à época com a finalidade de formar engenheiros, artilheiros e oficiais do Estado Maior a partir da reforma de 1980 de Benjamin Constant. Não é objetivo deste trabalho aprofundar-se na questão, mas nesse momento iluminar o “paralelismo” mencionado anteriormente do ensino militar com as questões que permeiam a sociedade civil, bem como, fazer um “gancho” com o histórico de evolução da disciplina de Sociologia, uma vez que, o próprio Benjamin Constant, através do Decreto Nº 330, de 12 de abril resolve instituir o ensino de Sociologia e Moral nas Escolas do Exército.

Por fim, cabe-nos entender e procurar compreender sob qual perspectiva está situado o Colégio Militar de Santa Maria, sendo que, sua implementação nesta cidade data de 22 de março de 1994, assentado sob, conforme seu próprio histórico, no ensino preparatório para o ingresso na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e ensino assistencial, do 6º Ano do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio, prestando apoio à família militar e civil de Santa Maria, tendo como primeiro Comandante e Gerente do Projeto de Implantação o Coronel da arma de Infantaria, Frederico Guido Biere, ficando conhecido primeiramente como “Colégio do Vagão”, por ter suas

primeiras aulas ministradas em um vagão de trem desativado, e reforçando, dessa forma, ao mesmo tempo, a memória ferroviária e militar desta cidade.

1.3 Discussão sobre a prática educacional do ensino militar no Brasil

Diante a apresentação e a comparação do histórico da sociologia com o ensino militar no Brasil, cabe-nos nesse momento pensar a educação brasileira em sua prática, já que todas as vertentes sejam elas tecnicistas, humanistas, renovadoras e outras tantas que ora se apresentam, acabam por serem indissociáveis das questões culturais, políticas, históricas e principalmente econômicas de nossa sociedade.

Embora haja resistência em se pensar o econômico como causa / consequência do sucesso ou fracasso de um sistema educacional é legítimo debatermos que a escola pública possa parecer latente e transformadora em seu processo, mas também que acaba intrinsecamente reproduzindo o modelo social vigente, devido as várias contradições que conduzem o corpo discente a exclusão social e educacional, revelando a impossibilidade de uma fórmula pedagógica que dê conta de todas as demandas inclusivas, principalmente no que tange a competitividade associada a necessidade do desenvolvimento de habilidades e competências exigidas pelo mundo do trabalho.

Poder-se-á dizer que no Brasil vivenciamos três ondas no decorrer de nossa história, que estruturam a orientação da nossa educação como um todo:

[...] a sociedade agro-pastoril demandava uma mão-de-obra meramente alfabetizada; quando da segunda onda, a revolução industrial insistiu a necessidade de capacitar os operários para o manejo das máquinas; para a terceira onda, em que agora adentramos – a sociedade da informação – faz-se necessária uma capacitação ainda maior para a maioria da população. (TOFFLER, apud FREIRE, 2005, p.3)

Dessa forma, torna-se impossível pensar seu caráter indissociável ao plano econômico, mesmo que, em meio a um discurso promovido por um “pessimismo pedagógico”⁶ da década de 60, apontado principalmente por Bourdieu e Passeron, onde que desvendavam as subjetividades excludentes que permeavam a escola tecnicista.

Nesse contexto, os colégios militares se desenvolveram sob a luz de uma lógica pautada no ensino das ciências exatas como prioridade e extremamente condicionados a

⁶ FREIRE, Fábio Facchinetti. Os ensinios preparatório, assistencial e assistencialista. 2005

uma perspectiva meritocrática, mesmo que, com a finalidade de promover uma “educação de qualidade”.

Quando se fala em ensino de qualidade, pode-se questionar: qual o sentido dessa qualidade? Qual seu objetivo finalístico?

Procurando discutir esta perspectiva focada na competitividade, ressaltamos o alto grau de importância ao qual o ensino brasileiro como um todo, e não somente o ensino militar, atribui à importância as aprovações nos concursos de acesso ao nível superior (os famosos vestibulares), ou então uma educação assistencialista, capaz de encarar a problemática advinda da cultura de massa e conduzir o corpo discente a conclusão de seus estudos e não o desestimular, contribuindo apenas para as estatísticas de evasão escolar.

Assim, formar uma utopia que todos são iguais ao sistema de ensino, é, conforme assegurara o próprio Bourdieu apud Freire (2005, p.4), onde afirmava que: “se quisermos que a desigualdade prevaleça, basta afirmarmos que são todos iguais dentro da escola”.

Para tanto, o modelo pedagógico adotado pelos colégios militares, sejam eles meritocráticos e tradicionais, guiados pelos valores pátrios do Exército Brasileiro, devem ser entendidos no seu mais amplo contexto, uma vez que, alicerçam-se pelas demandas sociais atuais, não configurando um problema exclusivo endógeno, mas sim exógeno guiado pela própria lógica social e ao próprio modelo de mercado de trabalho sob a lógica capitalista.

Segundo Freire (2005, p.1) em que trata do ensino militar, reconhece sua forma tecnicista e quantitativa, e esclarece o que venha a ser o conceito de qualidade de ensino na concepção dessa instituição, afirmando que: “Defendemos o tradicional em educação por piores que sejam seus índices, e por mais que as pesquisas apontem nossos erros de interpretação... mas que defendem uma educação integral (cognitiva, psicomotora e afetiva)”.

1.4 Legislação que rege o Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB)

O Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB), no âmbito do Exército Brasileiro segue sua peculiaridade legal, doutrinária e institucional sem deixar de estar em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN) Lei Nº 9396/96, expresso no seu artigo 83: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”, Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e demais leis e diretrizes nacionais do ensino.

Com relação ao SCMB, segundo Souza, 2014 “O sistema é subordinado à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial – DEPA⁷ que, por sua vez, está subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX⁸, órgão responsável pela condução do ensino no âmbito do Exército Brasileiro”.

Atualmente, e de acordo com o Regimento Interno⁹ dos Colégios Militares do Brasil de 1º de janeiro de 2010, estes apresentam-se em um número de doze (12) espalhados no território nacional, atendendo a aproximadamente 14,5 mil alunos, sendo que o Colégio Militar de Santa Maria é o mais recente datando de 1994 em um número aproximado de setecentos alunos, excetuando o Colégio Militar de Belém que terá início de suas atividades previstas para 12 de janeiro de 2016, sejam eles:

- I - Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ, criado em 1889);
- II - Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA, criado em 1912 / 1961)¹⁰;
- III - Colégio Militar de Fortaleza (CMF, criado em 1919 / 1961);
- IV - Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH, criado em 1955 / 1993);
- V - Colégio Militar de Salvador (CMS, criado em 1957 / 1993);
- VI - Colégio Militar de Curitiba (CMC, criado em 1958 / 1993);
- VII - Colégio Militar do Recife (CMR, criado em 1959 / 1993);

⁷ A **Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA)**, criada pelo Dec nº 71.823, de 07 Fev 73, como Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial teve sua denominação atual por meio do Dec Pres nº 7809 de 20 Set 2012;

⁸ O **DECEX (Departamento de Educação e Cultura do Exército)**, antigo **DEP (Departamento de Ensino e Pesquisa)**, que foi criado em 1970 para enquadrar e otimizar as atividades de ensino e de pesquisa no âmbito do Exército;

⁹ Documento elaborado para definir normas específicas legais, pedagógicas, didáticas e funcionais pelo SCMB (Sistema de Colégios Militares do Brasil).

¹⁰ Nas escolas que possuem duas datas, trata-se de criação e reabertura, por ocasião de fechamento.

- VIII - Colégio Militar de Manaus (CMM, criado em 1971);
- IX - Colégio Militar de Brasília (CMB, criado em 1978);
- X - Colégio Militar de Campo Grande (CMCG, criado em 1993);
- XI - Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF, criado em 1993);
- XII - Colégio Militar de Santa Maria (CMSM, criado em 1994).

Também, conforme Souza:

Inicialmente destinado à formação de jovens rapazes, dependentes de militares, gradualmente as instituições foram abrindo vagas aos filhos de civis da comunidade que ingressariam no colégio, a partir da 5ª série do ensino fundamental, por meio de concurso público. Em 1989, o SCMB permitiu o ingresso de meninas em seu quadro de alunos. (2014, p. 6).

Neste mesmo documento além de sua base legal define-se sua característica pedagógica e institucional, ressaltando hipóteses já levantadas nessa pesquisa, tais como: artigo 4º, inciso IV em que visa “estimular no aluno o desenvolvimento de atitudes crítico-reflexivas, espírito de investigação, criatividade, iniciativa e respeito as diferenças individuais, conduzindo-os a aprender a aprender e aprender a pensar”, revelando dessa forma o interesse pela conscientização do aluno, característica fundamental para o estudo da Sociologia, ao passo que, o mesmo ressalta o caráter tradicional desta instituição, expresso no mesmo artigo, inciso VI alínea “a”, ou seja, o de “desenvolver no aluno atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade, num ambiente no qual todos possam: a) compreender e respeitar os direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão patriota, da família, dos grupos sociais, do estado e da nação brasileira”.

Além dos dois trechos citados em que expressam de certa forma a direção pedagógica dos Colégios Militares, o Regimento Interno apresenta a organização geral destes pormenorizada, também na forma regulamentada, sejam elas: Conselho de Ensino (Cslh Ens); II - Conselho de Classe (Cslh Cl); e III - Comissão Permanente do Magistério (COPEMA) e as atribuições funcionais que compõem esse tipo de ensino, como por exemplo: Comandante e Diretor de ensino; Subcomandante; Subdireção de Ensino e da Divisão de Ensino; Seção Técnica de Ensino; Seção Psicopedagógica; Seção de Supervisão Escolar; etc. Nota-se dessa forma que sua organização assemelha-se as organizações militares propriamente ditas, apenas com incremento de setores educacionais essenciais, presentes em outras instituições de ensino não militares.

Estritamente, em seu artigo 2º do Regimento Interno, o SCMB afirma que: “funcionam pautando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, camaradagem, englobados pelos valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro”, valores essenciais para este tipo de ensino.

Cabe ressaltar ainda que, os colégios militares sendo de responsabilidade do Exército Brasileiro e o serviço militar inicial sendo de caráter obrigatório para pessoas do sexo masculino a partir dos dezoito anos, conforme a Constituição Federal de 1988, desenvolveram uma base legal em que as escolas militares possam aplicar em paralelo as suas atividades educacionais um Curso de Formação de Reservista (CFR) a fim de, em caráter voluntário, desobrigá-los dessa atividade constitucional, isso conforme seu artigo 34 próprio Regimento Interno.

Outro documento que nos direciona a cerca do funcionamento desse tipo de ensino trata-se do Decreto N^o 3.182, de 23 de setembro de 1999 que regulamenta a Lei nº-9.786, de 8 de fevereiro de 1999, e dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro, em que nos seus artigos 3º e 7º, respectivamente, dispõe que: “ O ensino no Exército deve assegurar a seu pessoal, por meio dos diferentes cursos, base humanística, filosófica, científica e tecnológica, política e estratégica, para permitir o acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a sociedade e a atualização constante da doutrina militar” e, onde que: “Os graus do ensino preparatório e assistencial, mantido pelo Exército, por meio dos Colégios Militares e da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, obedecem à legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades”.

Já a composição dos seus quadros docentes e de funcionários está definida mais claramente em manual, mais especificamente no R-69, em que define inclusive, de forma organizacional no seu artigo 3º que “a missão dos CM é ministrar, a educação básica, nos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio”. Esse manual reforça a legislação já apresentada, de forma a tornar-se uma “cartilha” indispensável ao entendimento organizacional do SCMB.

Portanto, o que se observa dessa primeira análise documental no que tange a sua base legal é que esse tipo de ensino pauta-se pelo planejamento pedagógico, com destaque para os valores e tradições do exército. Apresenta uma base estruturante muito forte em que tudo está estritamente hierarquizado e funcionalmente pré-determinado, uma estrutura organizacional aos moldes das próprias unidades militares, focado em

resultados, meritocrática, voltada principalmente a dois grandes objetivos, sejam a aprovação em vestibulares para ingresso no ensino superior, através do PREVEST¹¹, e/ou preparatório para a aprovação na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (C Prep/EsPCEx)¹², sem contar, no caso do sexo masculino, em formar reservistas sem que estes tenham de prestar o Serviço Militar Inicial (CFR)¹³.

2. A perspectiva sociológica educacional do Colégio Militar de Santa Maria

O ensino da disciplina de Sociologia no Colégio Militar de Santa Maria dentre as inúmeras pesquisas realizadas, sejam elas por meio da literatura, de regimentos internos, normas que regem esse tipo de instituição, diversos autores que tratam do tema, entrevistas e conversas informais com professores, bem como, questionários aplicados aos alunos, em muitos aspectos assemelha-se com as demais instituições de ensino médio “convencionais” suas problemáticas quanto a oferta desta disciplina, mas que revela suas possibilidades para um futuro promissor, principalmente a partir da nova forma de ingresso no nível superior, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como forma de ingresso na grande maioria das Universidades, com especial destaque a UFSM.

Mesmo diante disso ainda são latentes suas limitações que ainda giram em torno de sua aplicação no contexto escolar, como falta de professores da área atuando, pouca carga horária e material didático ainda muito pobre. Conforme o próprio professor da disciplina, “o livro esgota-se muito cedo com relação aos assuntos a serem tratados”, desta forma, sendo necessário o complemento com outras bibliografias.

A Sociologia ainda é vista, não somente no colégio militar, mas também no ensino público como um todo como uma mera obrigação imposta pela lei, e nisso implica uma perda qualitativa na condução desta, tendo em vista, se reproduzir da

¹¹ Curso Preparatório para escolas militares e Vestibulares regionais de nível superior;

¹² Visa a orientar, estimular e incentivar a participação de alunos voluntários dos 2º e 3º anos do ensino médio, oferecendo aprofundamento das disciplinas elencadas pelas IRCAM/EsPCEx, no turno contrário, sem prejuízo para a grade curricular de seu ano escolar;

¹³ Art. 118. O Curso de Formação de Reservistas (CFR), funciona nos Colégios Militares e destina-se a formar reservistas de 2º categoria de acordo com a Lei do Serviço Militar.

mesma forma os problemas atuais desta nesse tipo de instituição, tais como os já citados serem consenso entre os estudiosos do assunto os mais agudos.

Foi possível notar que o Colégio Militar de Santa Maria, assim como os demais espalhados pelo Brasil, pauta-se por um grande “Planejamento Educacional”¹⁴, o qual lhes proporciona grandes índices de desempenho, principalmente, devido a grande preocupação em abraçar a diversidade cultural característica dele por conter filhos de militares, homens e mulheres, de todo o país.

Em entrevista com o professor da disciplina várias questões foram contempladas a fim de obter um diagnóstico de como esta disciplina se aplica na prática, seja ela de uma forma mais tradicional e conceitual, seja de uma forma mais provocativa e reflexiva.

2.1 A experiência docente com relação à Sociologia

O professor da disciplina o 2º Tenente Temporário (OTT)¹⁵ Décio Luciano Squarcieri de Oliveira, apesar de não possuir formação na área, demonstrou bastante empolgação pela disciplina, bem como, um bom aprofundamento sociológico na condução de suas atividades didáticas. O mesmo possui formação em História concluída no ano de 2002, com especialização em História do Brasil e mestrado na área de educação com pesquisa em avaliação, todas pela UFSM. Obteve experiência profissional na docência inicialmente como professor substituto da UFSM, locado no Centro de Educação entre 2007 e 2009 no ensino presencial, nas disciplinas de metodologia, história, pedagogia, uma Disciplina Complementar de Graduação no Curso de Matemática, orientador de estágio de História e também a disciplina de geografia.

Participou do e-Proinfo¹⁶ na Educação Especial do EAD¹⁷, sendo que no final de 2008 a 2015 passou a ser professor do EAD pela Universidade Aberta do Brasil,

¹⁴ SOUZA, Gabriela Menezes de. Modelo de gestão educacional que data de meados do século XX, quando alguns países industrializados não socialistas, depois da II Guerra Mundial adotaram como solução para sua reconstrução econômica e social. Após esse período, muitos países em desenvolvimento utilizaram tais planejamentos como modelo.

¹⁵ **Oficial Técnico Temporário** – designação que o Exército utiliza para fins de diferenciação dos oficiais da Academia dos Agulhas Negras, por se tratar de uma especialidade peculiar destinada a formação do Oficial Reservista R-2.

¹⁶ **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)** - É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida,

ministrando assim as disciplinas de metodologia de história 1 e 2 e nesse ínterim acabou cursando pedagogia. Lecionou também no Município de Itaara – RS, em torno de 4 meses em um contrato do Estado e em 2011 ingressou no Colégio Militar de Santa Maria.

Diante desta vasta experiência, principalmente em torno do EAD e atendendo a uma exigência da LDBN, na qual consta em seu artigo 80: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” no parágrafo 3º, “As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas”, esse professor tornou-se, por determinação do Comandante do Colégio Militar de Santa Maria, o responsável pela implantação da Plataforma Moodle dos alunos nesta escola, a fim de atender essa determinação e a fim de otimizar as ferramentas que possibilitem um maior desempenho dos alunos e facilidade na prática docente.

A introdução dessa plataforma na escola propiciou aos alunos e professores uma maior otimização dos recursos didáticos, uma vez que, conforme o professor, diminuiu a disponibilização de materiais via Xerox e sim via plataforma, e em especial na disciplina de Sociologia, tendo em vista sua pouca carga horária, foi possível um preparação prévia com textos, recortes e vídeos para agilizar no debate e discussão dos temas em sala de aula.

É mister ressaltar, e mais uma vez notória a preocupação da escola com a performance dos alunos, através de uma monitoração constante do seus estudos em casa, uma vez que seu número e tempo de acesso a plataforma ficam registrados, salvaguardando inclusive os próprios professores num eventual baixo rendimento em determinado assunto ou disciplina.

A Sociologia no Colégio Militar, assim como outras escolas públicas ainda enfrenta grandes dificuldades curriculares, por ser uma disciplina nova nos currículos e em certos pontos e assuntos assemelhar-se a outras disciplinas das humanas, tais como

estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

¹⁷ **Ensino a Distância** – modalidade implantada pelo projeto Universidade Aberta do Brasil.

História, Geografia e Filosofia tornando difícil delimitar seu conteúdo e dividi-lo nos seriados, pois por vezes, o conteúdo de sociologia confunde-se com o da filosofia em alguns aspectos e noutra momento trabalhar certos conceitos ou autores clássicos que dependem de um conhecimento prévio da história, como por exemplo, como entender o conceito de Solidariedade em Durkheim que fala de sociedades primitivas e sociedades industriais sem entender o que fora a Revolução Industrial? Ou como falar em ditadura do proletariado de Marx sem conhecer a Revolução Francesa e seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade?

Logo, em conversa com o professor, o mesmo assinalou que para o melhor aproveitamento da disciplina, segundo o próprio, deveria haver uma reforma curricular nesse sentido, em que acredita que os primeiros anos tivessem a disciplina de Sociologia e não a disciplina de Filosofia, pelo fato do alto grau de abstração da Filosofia e muito dos conceitos trabalhados seriam posteriormente trabalhados na Sociologia, tais como o de racionalidade, por exemplo, aumentando assim sua carga horária.

Já nos segundos anos entraria a filosofia, pois nesse estágio, segundo o próprio, os conteúdos da Sociologia assemelhar-se-ão muito com os da Geografia, no concerne aos espaços geográficos, etc. E no terceiro ano seria trabalhada a sociologia contemporânea, tribos urbanas, cultura de massa, pós-modernismo, etc.

Nota-se então, dessa forma, que nesse tipo de instituição de ensino a Sociologia, como nas demais escolas públicas, aparece muito vaga e difusa entre as outras áreas das humanas, e com grande dificuldade de carga horária e delimitação de conteúdos que esclareçam ao aluno o real propósito da disciplina, ou melhor, sua episteme.

2.2 Organização dos conteúdos de Sociologia

Foram analisados dois documentos basicamente que regem essa delimitação de conteúdos e propostas pedagógicas apresentadas pela escola: os PSD (Planos de sequência didática) com as propostas de conteúdos entre os três anos do ensino médio e os PED (Planos de execução didática), todos rigidamente estruturados e principalmente focados em dois grandes elementos educacionais do ensino militar, sejam eles, no desenvolvimento das **habilidades** e **competências** dos alunos, bem como, “eixos

cognitivos” , sejam eles: **Dominar linguagens (DL), compreender fenômenos (CF), enfrentar situações-problema (SP), construir argumentação (CA), elaborar propostas (EP).**

Nesses Planos de Execução Didática, no que trata dos primeiros anos do ensino médio, observou-se, obviamente e não poderia ser diferente uma introdução a disciplina de Sociologia, aparecendo em sua grade como objetivos do conhecimento, os seguintes: Introdução às Ciências Sociais, teorias e teóricos da Sociologia, introdução a métodos e técnicas de pesquisa, veja que, nesse tópico um tanto quanto audacioso para o ensino médio, uma vez que a carga horária é restrita e os temas propostos requerem fundamento teórico para que a mesma não recaia no senso comum e por fim processos de socialização, um tema mais abrangente e que possibilita uma maior aproximação dos alunos com a disciplina.

Nos segundos anos verifica-se nessa grade curricular uma maior ênfase aos assuntos tocantes a cultura e a política vejamos que são seus objetivos de conhecimento: Significados de cultura, processos culturais, identidade e diversidade, esses mais relacionados com a linha antropológica, logo em seguida, nota-se uma linhagem política, sejam seus objetivos: O poder e as instituições políticas, democracia e cidadania e os movimentos sociais.

Já nos terceiros anos identifica-se um viés econômico-político ligados também a questão geográfica e quiçá uma abordagem de cunho mais marxista, uma vez que seus objetivos são: Estratificação social, Globalização e trabalho, Temas contemporâneos no Brasil, Temas contemporâneos no mundo, veja que nos dois últimos tornam-se um pouco mais abrangentes podendo deixar margem para um abandono do rigor científico com uma certa falta de foco a uma abordagem autoral mais definida.

Enfim, o que se observa nessa estruturação de conteúdos são alguns equívocos próprios de um profissional que não possui formação específica, que hora atende satisfatoriamente a proposta da Sociologia como disciplina, hora resvala em algumas convicções da sua própria formação acadêmica, mas que se esforça para atender essa demanda tão nova, ampla e que ainda para os próprios profissionais da área ainda é algo não bem definido. O equívoco observado é presente no próprio material didático oferecido pelo MEC, que leva o docente a adotar conteúdos e formas um tanto quanto do “achismo”, deixando de lado muitas vezes o teorismo necessário para o real

aprofundamento da discussão, ou seja, forçar o docente e discente a articular a teoria com o ocorrente na prática.

2.3 Avaliação

A avaliação é processo de aprendizagem que diz muito a respeito não só do discente, mas como do sistema escolar, esse revela uma série de fatores sobre a escola, e não diferentemente, o Colégio Militar e sua forma de avaliação revelam em muito sua característica, ou seja, aquela forma já levantada anteriormente nesse trabalho, como instituição conservadora, focada em resultados e conteudista.

A forma de avaliação da escola, e principalmente da Sociologia é baseada em provas assertivas objetivas, seja na aplicação de questões de marcar em múltipla escolha ou dissertativas em que a forma de validar as questões se dá por meio de *scores* (*gaiivotas*¹⁸), ou seja, acertos em azul em forma de “V” e em vermelho para os erros.

Na disciplina de Sociologia, mesmo nas questões discursivas, é ressaltado aos alunos a importância de aparecerem certas palavras chaves que validem a questão, por exemplo: Descreva o método sociológico de Karl Marx? O aluno pode escrever inúmeras frases, mas, a cada palavra correspondente ao método será um score, sendo que Materialismo um, histórico outro e dialético outro. Nota-se que não deixa de ser uma forma de motivação a valorização do aprendizado, uma vez que o aluno lembrou do materialismo e não do restante, mas soube associar ao autor podendo dessa forma quantificar o significado que atribuiu ao autor, ao passo que se escrever funcionalista, verifica-se a confusão elaborada pelo mesmo referente aos clássicos da Sociologia, remetendo ao método de Durkheim.

Como ponto negativo desse tipo de avaliação, priva-se de questões mais abertas onde o aluno pode dissertar e expor sua crítica, desde que bem fundamentada, podendo até engessar a formulação das questões pelo professor, restringindo-o, no caso da sociologia, a conceitos.

O próprio professor em conversa informal destacou essa característica do ensino no Colégio Militar e, inclusive que, quanto a escolha das questões são feitas por outra banca, em que ele, professor da disciplina tem de preparar um número de questões que

¹⁸ Gaiivotas: gíria militar utilizada para definir acertos ou erros dos alunos nas avaliações. Se a gaiivota é assinalada com caneta vermelha, considera-se questão errada, caso seja correta.

depois são selecionadas, muitas vezes por outros professores que são das áreas exatas. Não se sabe se isso ocorre por uma questão ética para o professor X, Y ou Z mencionar as questões tal como serão na prova, ou se como forma de canalizar a o conteúdo conforme a proposta pedagógica da escola.

2.4 Perfil e perspectivas dos alunos do Colégio Militar quanto à disciplina de Sociologia

Foi possível aplicar questionários a um número de cem alunos do ensino médio do Colégio Militar de Santa Maria, a fim de obter dados estatísticos de um perfil destes e da forma como eles visualizam a disciplina.

Como forma de traçar um perfil socioeconômico investigou-se quantos alunos eram filhos de militares e as respectivas graduações dos pais, na qual obteve-se os seguintes resultados tabulados e expressos no gráfico abaixo:

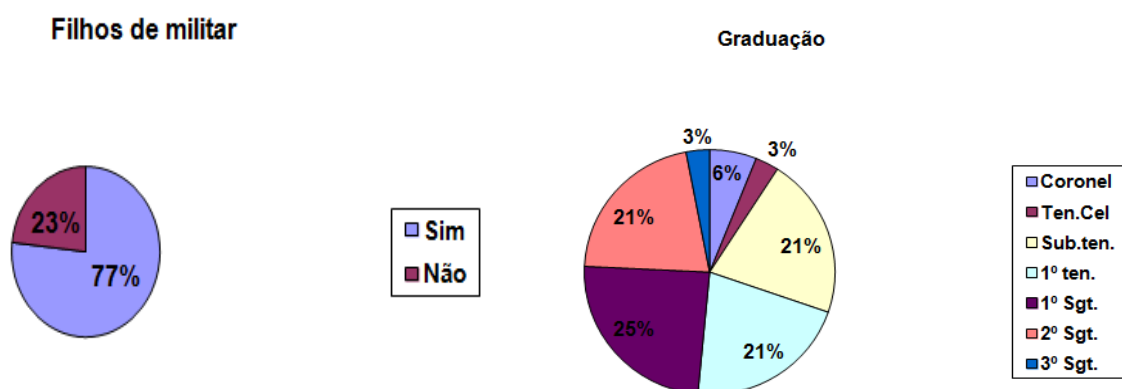


Figura 1: Filhos de militar
Fonte: Dados coletados em novembro de 2015.

Figura 2: Graduação
Fonte: Dados coletados em novembro de 2015.

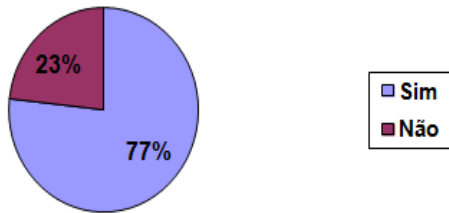
Logo, observa-se que, dos que possuem pais militares 30% são filhos de oficiais¹⁹, 70% são filhos de praças²⁰, e 23% do total questionado possuem pais que não exercem atividades de natureza militar, dados esses apenas ilustrativos a fim de esboçar um perfil cultural e a diversidade que a escola abrange.

Essa pesquisa quantitativa também serviu para avaliar a perspectiva dos alunos em relação com a disciplina, obtendo assim os seguintes dados:

¹⁹ Oficiais: patente do Exército Brasileiro que compreende todos os quadros desde o posto de segundo tenente à General de Exército;

²⁰ Praças: patente do Exército Brasileiro que compreende todos os quadros desde a graduação de soldado até aspirante a oficial, os quais constituem o que se chamam de praças especiais.

Alunos que gostam da disciplina de Sociologia



Alunos que acham importante do ensino da Sociologia

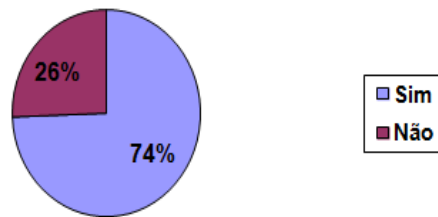


Figura 3: Alunos que gostam de Sociologia da Sociologia

Figura 4: Alunos que acham importante o ensino da Sociologia

Fonte: Dados coletados em novembro de 2015.

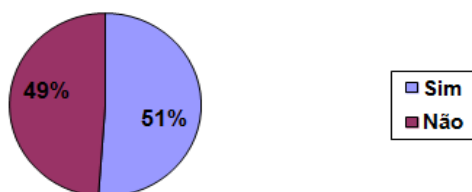
Fonte: Dados coletados em novembro de 2015.

Veja que, em tese, ocorre grande aceitabilidade da disciplina entre os alunos questionados.

Foi avaliado também, nesse questionário, a forma de como que os alunos percebem o conteúdo da disciplina e visualizam na sua realidade.

Nota-se que, embora na maioria questionada concorde que as aulas ocorrem de forma contextualizada, os mesmos não conseguem identificar na prática do seu dia-a-dia, como sendo assuntos debatidos de forma sociológica.

Dificuldade de entender os autores



Material didático, currículo de conteúdos e horas/aula são suficientes

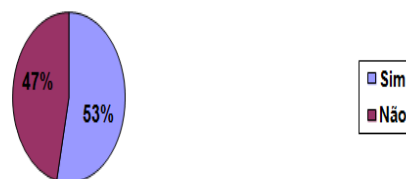


Figura 7: Dificuldade de compreender os autores

Figura 8: Material didático, conteúdo e horas aula suficientes

Fonte: Dados coletados em novembro de 2015.

Fonte: Dados coletados em novembro de 2015.

Por fim, verifica-se uma parcialidade nos dois últimos questionamentos, ou seja, em torno da metade dos alunos questionados compreendem com facilidade os autores abordados na disciplina, enquanto que a outra metade não. O mesmo ocorre quando questionados sobre material didático, conteúdo e carga horária se são suficientes.

Assim, o que se verifica diante do corpo discente é uma boa inclinação à Sociologia como um todo, embora seja fato a pouca carga horária e a dificuldade de compreender os autores, talvez pela pouca ênfase alcançada pelo próprio processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das várias pesquisas, seja bibliográfica, documental, entrevistas, questionários e até a forma mais informal de coletas de dados sobre o assunto, percebe-se o quanto é inesgotável e enriquecedor o tema abordado.

O Colégio Militar de Santa Maria, desde sua fundação no ano de 1994, vem notabilizando-se como uma referência em educação, perpassando suas dificuldades impostas lá no seu início na sua humilde estrutura locada dentro de um vagão de trem cedido pela RFFSA (Rede Ferroviária Federal de Santa Maria) como sala de aula, até o modelo de infraestrutura em que se encontra atualmente, formado por um quadro de docentes plural, com salas de aula notavelmente em excelentes condições, atendendo as demandas do MEC em inclusão digital, tais como uso de plataforma moodle, bem como, um sistema de ensino contextualizado, embora calcado em valores pátrios, de disciplina e tradicionais, não deixando de evocar o passado, mas atual em suas práticas didáticas docentes.

Verificou-se também na literatura consultada uma forte articulação histórica, que hora se cruza o ensino militar com a trajetória da sociologia, tendo em vista um dos precursores da inclusão desta disciplina tenha sido Benjamim Constant, grande positivista e militar de nossa história.

Não menos importante, a disciplina de sociologia por vezes integrou e integra o currículo das academias militares, contribuindo para formação dos líderes militares

desde os primórdios da formação de uma Guarda Nacional, a partir de 1808 com a vinda da família real para o Brasil, a fim de consolidar a legitimidade territorial de nosso país.

No que se refere a Sociologia no Brasil, essa sim, embora o desprezo de muitos atores da educação tem uma caminhada longa, repleta de tropeços, contradições e embargos de cunho político, econômico e quem sabe ideológico, nesse ponto cito dois fatos de grande valia para esse entendimento: primeiro a grande atuação do deputado Padre Roque (PT), no seu esforço de reintroduzi-la aos currículos escolares após o período de redemocratização do país, e segundo, quem sabe o mais contraditório e constrangedor o veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de formação sociológica, que até os dias atuais causa grande inquietação e insatisfação dos profissionais dessa área em razão de votar contrariamente pela sua obrigatoriedade nos currículos do ensino médio.

A Sociologia, mesmo tratada dentro do Colégio Militar de Santa Maria, uma instituição consagrada como tradicional, dentre as intervenções realizadas, nota-se ainda, em comparação com as demais escolas da rede públicas, uma grande preocupação dos educadores em bem representá-la, mesmo não disponibilizando de professores formados na área verificou-se uma grande motivação e sensibilidade na importância que a mesma tem encontrado, seja da sua forma de lei como obrigatória, seja para sua avaliação no Exame Nacional do Ensino Médio, a fim de a escola manter o seu grau de excelência na aprovação em concursos vestibulares, que é o seu maior viés educacional.

As dificuldades da disciplina se reproduzem nesse tipo de ensino, sejam eles: carga horária, falta de professores e o material didático, porém pode-se observar um grande aprofundamento teórico, muitas vezes não notado em algumas outras escolas da rede pública, esclarecendo os alunos sobre conceitos e autores clássicos muito importantes para a base sociológica do ensino médio.

Quanto a forma didática adotada pelo Exército, essa disciplina se desdobra em bastante conceitual e uma reflexividade delimitada, uma vez que a carga horária não permite maior aprofundamento.

Assim sendo, torna-se uma crítica a esse tipo de ensino para com a Sociologia, a forma de avaliação, a qual não permite maior discursividade, e se restringe a palavras chave que caracterizem certo autor e corrente ou apenas o entendimento histórico e conceitual. Bem como, o modelo pelo qual se utiliza de uma seleção a partir de um

banco de questões , que acabam por vezes sendo selecionadas por profissionais de outras áreas e que não guardam relação direta com as demandas das Ciências Sociais.

Essa forma de avaliação, embora se aproxime do modelo dos questionamentos do ENEM e de vestibulares, não dá suporte para que os alunos possam relacionar as questões teóricas das Ciências Sociais com questões contemporâneas e do cotidiano da sociedade.

Por fim, pode-se afirmar que a Sociologia no Colégio Militar de Santa Maria pode ser caracterizada como uma disciplina complementar ao entendimento do aluno acerca da sociedade, e que, dentro da sua limitação de carga horária e de docentes capacitados, procura apresentar fundamentos mínimos de entendimento do conteúdo, provoca a reflexão dos alunos, porém, diante dessa limitação não se aprofunda no debate, tornando-o muitas vezes inacabado o assunto ou a reflexão. Assim, podemos dizer que continua sendo um campo fértil para a pesquisa de práticas educacionais do ensino de Sociologia no Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB), em especial no Colégio Militar de Santa Maria, o qual merece o aprofundamento investigativo, tendo em vista o pouco material produzido academicamente sobre o assunto até o presente momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOTO, Carlota. **A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classe, por escrito**. CAD. Cedes, Campinas, v. 23, n.61, p.378-397, dez. 2003.

CATANI, Afrânio Mendes. **A Sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras)**. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, Campinas, v. XXIII, n. 78, 57- 75, abril. 2002.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares**. Revista Café com Sociologia, v. 3, n.1, p.49-67, jan. 2014.

FREIRE, Fábio Facchinetti. **Os Ensinos Preparatório, Assistencial e Assistencialista**. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 143, p. 25-31, 2005.

LAHIRE, Bernard. **Reprodução ou Prolongamentos Críticos?** Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, Campinas, v. XXIII, n. 78, 37- 55, fev. 2002.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições.** Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, Campinas, v. XXIII, n. 78, 15-35, abril. 2002.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação Militar no Brasil:** Um breve histórico. Revista CAMINE: caminhos da Educação, Franca, v. 6, n. 1, 2014.

Portal do MEC Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=310, acesso em: 13/10/2015 às 20:50

SENNA, Alecrides Jahne Raquel Castelo Branco de. **O professor e o sociólogo:** reflexões sobre a ação do cientista social em sala de aula. Revista Café com Sociologia, v. 3, n.1, p.68-76, jan. 2014.

SOUZA, Gabriela Menezes de. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBEROAMERICANOIV/inscricao.html> acesso em 05/052015 Disponível em: <http://www.depa.ensino.eb.br/> 05/05/2015

TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.); MAZZA, Débora. **Sociologia para educadores.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu:** A herança sociológica. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, Campinas, v. XXIII, n. 78, 77- 87, abril. 2002.